

TRE prepara as urnas

E chama brasileiro para regularizar título

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) vem trabalhando há algum tempo com a possibilidade da representação no DF ser concretizada. Tanto que as folhas de votação do órgão estão sendo revisadas, segundo seu presidente, desembargador Eduardo Ribeiro. Ontem, em entrevista exclusiva, o desembargador declarou que o TRE tem deficiência de funcionários, mas não tem receio de uma eleição porque poderá requisitar mais funcionários.

Fatalmente o TRE sofrerá uma sobrecarga se forem efetivadas eleições para deputados federais e senadores no Distrito Federal, principalmente em sua época, com registros dos candidatos. Mas Eduardo Ribeiro disse que o órgão eleitoral já enfrentou eleições, quando era de sua competência não só o DF, mas os territórios brasileiros. Aliás, a situação eleitoral daqui é atípica. Brasília é a única cidade em que um eleitor de outro Estado pode votar, situação que poderá acabar com a representação política.

O próprio desembargador é um exemplo desta situação. Seu título de eleitor foi tirado em Belo Horizonte (MG). Quando ele veio para cá, transferiu o documento. Como Brasília passou 20 anos sem eleições, o desembargador retornou o título para Belo Horizonte, a fim de exercer o direito ao voto. Agora, com a perspectiva de haver eleições — “como todo mundo, sou a favor delas”, confessa —, poderá retransferi-lo. Tudo dependerá, no entanto, como o próprio presidente do TRE esclarece, do Congresso Nacional.

Inclusive qual a representação que Brasília poderá ter, e a que nível. A Constituição atual não es-

pecifica nada sobre o assunto quanto ao DF. Fala apenas na representação dos Estados, proporcional ao número da população. “não mais que 55 representantes e não menos que 6”. “Aqui, poderá ser outra coisa, dependendo do Congresso Nacional”, pondera. O desembargador declarou que no bojo da representatividade virá “automaticamente, a legalização dos diretórios regionais dos partidos políticos”. Como se sabe, a lei não reconhece diretórios regionais em Brasília.

ESTATÍSTICA

No Distrito Federal, segundo as estatísticas, há mais ou menos 550 mil eleitores. Destes, 300 mil precisam regularizar sua situação, como por exemplo atualizar estado civil, endereço e saber, obviamente, a que zona eleitoral pertence. Isto porque no início da existência de Brasília havia apenas uma zona eleitoral. Hoje há oito, distribuídas entre Plano Piloto e cidades-satélites. Para se ter uma idéia, somente no Plano Piloto há duas zonas — uma na Asa Sul e Lago Sul, outra na Asa Norte, Lago Norte e Paranoá. Quem mudou da Asa Sul para a Norte precisa atualizar seu documento.

O Tribunal Regional Eleitoral do DF, como não promovia eleições, desatualizou-se em dados e busca fazer campanha para que a população atualize seus títulos nos fóruns das cidades-satélites ou no Posto da Rodoviária, ao lado do Conjunto Nacional. Mas há eleitores em Brasília que votam aqui, em candidatos de outros Estados. As estatísticas são encabeçadas pelos eleitores do Rio de Janeiro, com 21.170 títulos, no DF. Em segundo lugar vem o Estado de Mi-

nas Gerais, com 17.624 eleitores. O terceiro Estado com eleitores no DF é o Piauí (com 13.456), seguido do Ceará (com 13.231 eleitores).

OUTROS

Se o DF conseguir exercer o direito do voto, com a representação, 133.790 eleitores de outros Estados votarão em candidatos de Brasília. A não ser, é claro, que prefiram desembolsar uma gorda soma para votarem em seus Estados de origem. Nos outros Estados a situação é a seguinte: Acre, 247 eleitores; Alagoas com 661; Amazonas 625; Amapá 146; Bahia 7.046; Espírito Santo 1.072; Goiás 8.086; Maranhão 10.294.

O Mato Grosso do Sul possui no DF 721 eleitores. Mato Grosso do 768; o Pará 2.125; a Paraíba 8.890; Pernambuco 5.070; Paraná 1.970; Rio Grande do Norte 5.767; Rondônia 353; Rio Grande do Sul 3.632; Roraima 147; Santa Catarina 833; Sergipe 445; e São Paulo 7.715.

SEDE

Atualmente o TRE-DF funciona no edifício principal do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDF), na Praça do Buruti, em frente ao Palácio do Buriti. Mas as instalações são acanhadas para o futuro se aqui acontecerem as eleições, embora o presidente do órgão acredite que não haverá atropelos. De qualquer modo, o TRE possui um lote para construir sua sede. Ele fica localizado em frente ao Memorial JK, também na Praça do Buriti, e seu projeto está pronto há dois anos. Não foi construído porque a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Sepplan) não autorizou a liberação de verba.